

STJ00118480

Demócrito Reinaldo Filho

A REVOLUÇÃO DIGITAL E O DIREITO À PRIVACIDADE



DIALÉTICA
EDITORA

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânica ou eletrônica, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

Copyright © 2023 by Editora Dialética Ltda.
Copyright © 2023 by Demócrito Ramos Reinaldo Filho.



DIALÉTICA
EDITORA

 /editoradialetica

 @editoradialetica

www.editoradialetica.com

EQUIPE EDITORIAL

Editores

Profa. Dra. Milena de Cássia de Rocha
Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira
Prof. Dr. Tiago Aroeira
Prof. Dr. Vitor Amaral Medrado

Designer Responsável

Daniela Malacco

Produtora Editorial

Camila Gabarrão

Controle de Qualidade

Maria Laura Rosa

Capa

Lygia Magalhães

Diagramação

Lygia Magalhães

Preparação de Texto

Nathália Sôster

Revisão

Responsabilidade do autor

Assistentes Editoriais

Jean Farias
Rafael Andrade
Ludmila Azevedo Pena
Thaynara Rezende

Estagiários

Diego Sales
Laís Silva Cordeiro
Maria Cristiny Ruiz



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R364e Reinaldo Filho, Demócrito Ramos.
A revolução digital e o direito à privacidade / Demócrito Ramos Reinaldo Filho. – São Paulo : Editora Dialética, 2023.
308 p.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-252-9647-0

1. Revolução digital. 2. Direito à privacidade. 3. Direito. I. Título.

CDD-340

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **13**

CAPÍTULO I

- | | | |
|-----|---|----|
| 1. | O valor social da privacidade | 23 |
| 2. | <i>Privacidade informacional</i> – como a tecnologia facilita o acesso a dados pessoais | 26 |
| 2.1 | Coleta da informação | 29 |
| 2.2 | Digitalização da informação | 31 |
| 2.3 | Armazenamento, intercâmbio e processamento da informação | 32 |
-

CAPÍTULO II

- | | | |
|-----|---|----|
| 1. | Garantias constitucionais relacionadas ou originadas do direito à privacidade | 37 |
| 1.1 | A liberdade de expressão | 37 |
| 1.2 | O direito à livre associação | 39 |
| 1.3 | A inviolabilidade do domicílio | 39 |
| 1.4 | Sigilo bancário e fiscal | 44 |
| 1.5 | Inviolabilidade da correspondência e das comunicações | 45 |

2.	Limitações às regras constitucionais de proteção à privacidade	46
2.1	Relatividade dos direitos fundamentais	46
2.2	Proteção voltada contra a atuação estatal ou contra atos de particulares	52
2.3	Inexistência de um conceito jurídico definido e a dificuldade de delimitar sua extensão	59
3.	Crítérios para solução de conflitos entre a privacidade e outros direitos	60
4.	As várias espécies de privacidade e sua evolução histórica no <i>Common Law</i>	65
4.1	A <i>Privacidade</i> como instituto da Responsabilidade Civil (<i>Tort privacy</i>)	65
4.2	A <i>privacidade</i> na 4ª. Emenda da Constituição norte-americana	72
4.3	A <i>privacidade</i> na 1ª. Emenda da Constituição norte-americana	79
4.4	Privacidade decisional (<i>fundamental decision privacy</i>)	85
5.	O direito à privacidade no novo Código Civil brasileiro	88
5.1	O direito à privacidade inserido entre os direitos da personalidade	88
5.2	A característica da <i>pluridisciplinariedade</i> dos direitos da personalidade e suas consequências para a interpretação das leis	91
5.3	A relatividade do direito à privacidade no novo Código Civil	92

5.4	Interação entre a privacidade e os demais direitos da personalidade	93
5.4.1	O direito à imagem	95
5.4.1.1	A imagem de um indivíduo como dado pessoal	97
5.4.2	Da proteção ao nome	101
5.4.3	Do direito à disposição sobre o próprio corpo	101

CAPÍTULO III

1.	Bancos de dados ou arquivos pessoais	103
1.1	Classes de dados	106
1.1.1.	Nominativos ou pessoais	106
a)	dados não sensíveis	106
b)	dados sensíveis	109
1.1.2.	Não nominativos	110
2.	Classificação dos bancos de dados	110
3.	Responsabilidade dos controladores de bancos e bases de dados	111
4.	Aplicação da LGPD aos bancos de dados de consumo	114
4.1	O “Cadastro Positivo” criado pela Lei 12.414/11	115
4.2	O Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Banco Central do Brasil	118
4.2.1	O SCR e o sigilo bancário	122
4.2.2	O SCR e o Código de Defesa do Consumidor	125

4.2.3	Do dano decorrente da inserção de dados pessoais no SCR	127
4.3	A proteção constitucional dos dados pessoais	131
4.3.1	Proteção constitucional alcança bancos de dados informatizados	135
5.	As <i>mailing lists</i> como bancos de dados pessoais e de consumo	137

CAPÍTULO IV

1.	A proteção à privacidade nos ambientes eletrônicos das redes abertas (Internet)	141
1.1.	A utilização de cookies como mecanismo de invasão da privacidade	142
1.2	<i>Online Personal Privacy Act</i> – A lei americana de proteção à privacidade na internet	144
1.3	Retenção dos registros de conexão e tráfego pelos provedores	153
1.4	O problema do spam como invasão do direito à privacidade	156
1.4.1	O CDC e a publicidade do e-mail (<i>spam</i>)	157
1.4.2	Necessidade de regulamentação da matéria	159
1.4.3	O <i>CAN-SPAM ACT</i> – A lei americana que proíbe <i>spams</i>	160
1.4.4	As leis estaduais anti- <i>spam</i> nos EUA	165
1.5.	A difusão de informações processuais na Internet - A publicação de fotos e nomes de criminosos sexuais	170

2.	A proteção à privacidade em outros meios de comunicação	173
2.1	A disciplina do uso de informações pessoais pelas companhias de telefone nos EUA	173
2.2	O <i>spam</i> via ligação telefônica	175
2.3	O telemarketing e os riscos à privacidade	178
3.	A vigilância por meio de câmeras (<i>video surveillance</i>)	181
3.1.	Celulares equipados com câmeras	181
4.	Privacidade no ambiente de trabalho	184
4.1	Proteção das informações do empregado no ambiente de trabalho	184
4.2	A proposta de Diretiva da União Europeia	186

CAPÍTULO V

1.	Regulamentação da proteção de dados pessoais na Europa	201
1.1.	A Diretiva sobre proteção de dados pessoais – Diretiva 95/46/EC, de 24.10.95 (“data protection directive”)	204
1.2.	O Regulamento Geral sobre Proteção de Dados (RGPD)	205
1.3.	A Diretiva Europeia sobre retenção de dados nas comunicações eletrônicas – Diretiva 2006/24/EC, de 15.03.06 (“data retention directive”)	224

1.4.	O <i>Governance Data Act</i> – a estratégia europeia para manter a soberania sobre os dados e conter o domínio dos mercados digitais pelas <i>Big Techs</i>	229
1.5.	O <i>DATA ACT</i> : a nova etapa regulatória da estratégia europeia para a economia de dados	236
2.	Regulamentação nos EUA	244
2.1	A <i>COPPA</i> – Lei americana de proteção dos dados das crianças na Internet	245
3.	A Lei brasileira sobre proteção de dados – LGPD (Lei n. 13.709/18)	251

CAPÍTULO VI

1.	Os órgãos encarregados de proteção à privacidade	257
1.1	O modelo europeu	257
1.1.1	Transmissão de dados a países não membros da UE – as cláusulas contratuais modelo	259
1.2	O modelo americano	262
1.3	A experiência argentina	265
1.3.1	O reconhecimento do sistema argentino pela União Europeia	265
1.4	A decisão da corte europeia que invalidou o acordo de transferência de dados pessoais	268

CAPÍTULO VII

1.	A repercussão dos atentados de 11 de setembro sobre a liberdade de expressão e a privacidade	277
----	--	-----

1.1	Nos EUA	278
1.2	Na França	280
1.3	Na Inglaterra	281
1.4	Na Índia	281
1.5	Na Itália	282
1.6	Na Espanha	282
1.7	Na Alemanha	282
1.8	No Canadá	283
1.9	Na Dinamarca	283
1.10	No G-8	284
1.11	Na União Europeia	284
2.	Programas e iniciativas governamentais (dos EUA) que ameaçam a privacidade de forma coletiva	286
2.1	<i>O Total Information Awareness – TIA</i>	286
2.1.1	O projeto de lei que tenta limitar o <i>TIA</i>	289
2.2	<i>O CAPS – Computer Assisted Passenger Screening</i> – o sistema de segurança para as companhias aéreas	292
2.2.1	A resistência da União Europeia quanto ao repasse de informações sobre passageiros de companhias aéreas europeias	296
2.3	Outros programas	300